

**EDitorial**  
**EDitorial**

Submissão - 08/09/2016

Aceite - 08/09/2016

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL:  
DE QUE SE TRATA?**

**Alzira Maria Baptista Lewgoy<sup>1</sup>**  
**Carina Berta Moljo<sup>2</sup>**  
**José Fernando Siqueira da Silva<sup>3</sup>**  
**Maria Luduina de Oliveira e Silva<sup>4</sup>**  
**Raquel Santos Sant'ana<sup>5</sup>**

O número 31 da Revista *Temporalis* se propõe a contribuir com um importante e desafiante debate para o Serviço Social: *a formação profissional*. O faz, todavia, em um momento particular marcado pelo recrudescimento do conservadorismo e de suas diversas e complexas expressões mundiais contemporâneas. A atual crise do capital tem reafirmado as “velhas” observações marxianas sobre a insustentabilidade desta ordem societária, sua contraditória produção e reprodução ampliada, suas tensões estruturais e insolúveis (MARX, 1996b; MÉSZÁROS, 2002), tendência esta claramente em curso em todos os continentes do planeta, seguramente com diversidades, particularidades e intensidades nada desprezíveis.

---

1 Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

2 Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

3 Professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

4 Professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

5 Presidente Nacional da ABEPSS e professora da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Marx (1996b), nas condições impostas pelo capitalismo industrial inglês da segunda metade do século XIX, enfatizou a necessidade do capital incorporar e expulsar força de trabalho alterando sua composição orgânica, ou seja, reproduzir a tendência que hoje continua em curso de, proporcionalmente, reduzir os recursos investidos em capital variável (destinados à compra da força de trabalho) e aumentar os investimentos em capital constante (utilizados para adensar a base produtiva). Repõe, com isto, não apenas a acumulação capitalista, mas suas contradições e tensões internas, subempregando, desempregando ou simplesmente descartando por completo segmentos das camadas trabalhadoras. O processo de acumulação supõe, ao mesmo tempo, expropriação e descarte de parte da força de trabalho. Encontra-se, aqui, a base que sustenta a “Lei Geral da Acumulação Capitalista”.

A expansão súbita e intermitente da escala de produção é o pressuposto de sua contração súbita; a contração provoca novamente a expansão, mas esta é impossível sem material humano disponível, sem multiplicação dos trabalhadores independente do crescimento absoluto da população. Ela é criada pelo simples processo de “liberar” constantemente parte dos trabalhadores, por métodos que diminuem o número de trabalhadores ocupados em relação à produção aumentada. Toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados. [...]. Por um lado, portanto, com o avanço da acumulação, maior capital variável põe mais trabalho em ação, sem recrutar mais trabalhadores; por outro, capital variável da mesma grandeza põe mais trabalho em ação com a mesma massa de força de trabalho e, finalmente, mais forças de trabalho inferiores mediante o deslocamento de forças de trabalho superiores. (MARX, 1996b, 263-264-266).

Os conflitos da era monopolista madura centrada na hegemonia financeira têm reeditado o imperialismo e aquecido a luta de classes nele contida (LENIN, 2008): o continente europeu se esfacela em crises internas que reeditam a ortodoxia econômica da Troica<sup>6</sup> sobretudo na Grécia, em Portugal e na Espanha (seus polos mais frágeis);

---

<sup>6</sup> Termo utilizado para denominar a equipe que define o projeto econômico da União Europeia, composta pelo Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu.

os britânicos, sustentados em um complexo referendo que revelou, simultaneamente, insatisfações populares legítimas e o reaquecimento de certo nacionalismo direitista, adensam as divergências internas no interior do bloco econômico da União Europeia comandado pelo capitalismo alemão; os Estados Unidos reorganizam seu imperialismo ampliando sua hegemonia por meio do Acordo de Associação Transpacífico (TTP)<sup>7</sup> estimulando, não explicitamente, o desmonte da heterogênea experiência social-liberal e neodesenvolvimentista latino-americana<sup>8</sup>; a China, por sua vez, comandada por regras de mercado e pelo partido único, não tem apresentado a mesma robustez econômica de períodos anteriores (THOMSON REUTERS, 2015). Em todos estes espaços a desigualdade social se aprofunda por meio de cortes de investimentos em políticas universais de proteção (sobretudo previdenciárias e laborais) e também através da eliminação de políticas pontuais (especificamente os programas destinados à regular a pobreza extrema), seja nas periferias transnacionais das nações mais ricas ou nas periferias dos países eternamente “em desenvolvimento”<sup>9</sup>. Isto tem reavivado conflitos e polarizações sustentadas no receituário ultraliberal e, com ele, formas de desigualdade social adensadas pela xenofobia, pelo aperfeiçoamento da repressão, pela barbárie declarada, pela banalização da democracia, pela absoluta relativização dos direitos inclusive nas suas formas mais elementares (os direitos civis).

---

7 Este amplo acordo, liderado pelos Estados Unidos, Japão e Canadá, prioriza algumas medidas importantes que não podem ser desprezadas: integração econômica, unificação de leis trabalhistas, ações ambientais comuns, investimentos em geral e propriedade intelectual. Conta com a participação de países asiáticos (Cingapura, Malásia, Brunei e Vietnã, além do Japão), da Oceania (Austrália e Nova Zelândia) e da América do Sul (Peru, Colômbia e Chile), além do México na América Central.

8 O recente golpe de estado jurídico-parlamentar no Brasil é expressão direta de uma composição explosiva: crise estrutural do capital, reorganização e ofensiva das forças conservadoras nacionais e apoio imperialista. Esta receita vem atuando articuladamente por toda América Latina desestabilizando, por diferentes caminhos, governos que ocuparam e ou ainda ocupam a máquina do estado burguês desde o final dos anos 1990. É preciso reconhecer os limites e os erros de tais experiências a partir de diversidades nada desprezíveis.

9 Na Argentina, no segundo trimestre de 2016, o índice de desocupação subiu a 9,3% de acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas e Sensos (INDEC). No Brasil atingiu 11,2% no primeiro trimestre do mesmo ano de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Há de se discutir, ainda, a qualidade dos empregos com carteira assinada nos dois maiores países da América Latina.

O trabalho e a formação profissional em curso não estão isolados disto. Limitar este debate ao âmbito das “ciências especializadas”, das “teorias do conhecimento”, como problema unicamente ou prioritariamente epistemológico, favorece a reedição de diferentes formas de endogenia e de mecanismos intelectuais especulativos que atribuem à realidade conceitos e categorias que lhe são estranhas. Atenta-se, então, contra uma importante categoria ao mesmo tempo ontológica e gnosiológica: a *totalidade*, explicada como unidade-diversa de complexos materiais, objetivamente dados, que dizem respeito à reprodução do ser social em dada historicidade, a partir de condições particulares. Nisto o Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho capitalista, como especialização do trabalho coletivo, na era comandada pela fração financeira do capital (IAMAMOTO, 2007).

Isto tem enriquecido o atual cenário que aligeira a produção de conhecimentos nas universidades, precariza, flexibiliza e burocratiza as relações de trabalho dos docentes-pesquisadores (seja no ensino presencial ou a distância), altera as condições objetivas e subjetivas do assistente social que ocupa os diferentes espaços sócio-ocupacionais e desumaniza os seres com os quais esta profissão lida cotidianamente dentro e fora das universidades (SILVA; SILVA, 2015). Atinge, portanto, decisivamente, o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro (PEP) – (como direção social estratégica), fragilizando o Código de Ética Profissional – seus valores centrais - e desmantelando as condições objetivas e subjetivas para uma formação profissional generalista, densa, contínua, não unicamente instrumental, seguramente não pragmática e comprometida com a qualificação intelectual.

O caminho para enfrentar e resistir sem ilusões a este duro cenário materialmente posto é seguramente complexo. Nesta empreitada um aspecto é essencial: a prioridade ontológica da realidade objetivamente dada oferece as bases iniciais para a reconstrução desta realidade como “concreto pensado”, apanhando suas múltiplas e complexas determinações (MARX, 2011; LUKÁCS, 2010, 2012 e 2013). Sem este caminho como ponto de partida<sup>10</sup> a formação profissional em Serviço Social tende a empobrecer-se, adequar-se, concentrar-se

---

<sup>10</sup> Em que “[...] todo começo é difícil; isso vale para qualquer ciência. [...]” (MARX, 1996a, p. 129).

prioritariamente na gestão do “miúdo”, na descrição das refrações da questão social. A mediaticidade das relações sociais perde seu valor, aparece como desnecessária e prolixa a uma formação profissional que precisa, principalmente, “ensinar o fazer”, “como fazer”, ocupando-se, no limite, com “modelos teóricos aplicativos” e com a “teorização necessária à intervenção”. Reedita-se, então, a formação gerencialista que prioriza o imediatamente necessário à gestão do “novo pauperismo”, baseada em “novos modelos explicativos”, em “novas teorias do conhecimento” e na “centralidade de práticas discursivas”. Não por acaso os assistentes sociais, em tempos difíceis, são demandados a gerenciar cortes orçamentários e a eleger os mais pobres entre os diversos e heterogêneos pobres.

Contrapor-se a essa perspectiva no âmbito da formação profissional requer a defesa intransigente das diretrizes curriculares em curso (ABESS, 1996) e de sua proposta formativa que tem como princípio a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a necessidade de uma formação crítica e voltada para uma perspectiva de totalidade, que faz a defesa de uma formação generalista calcada no ensino público, gratuito, laico, de qualidade e socialmente referenciado.

O texto que abre a revista, “*La formación profesional: avances y tensiones en el contexto latinoamericano*”, redigido pela professora Dra. Margarita Rozas Pagaza, docente pesquisadora da Universidade Nacional de La Plata (UNLP-Argentina), aborda alguns desafios para a formação profissional no complexo cenário latino-americano.

Os artigos seguintes, escritos desde diferentes realidades brasileiras, realizam uma crítica teórica à educação como mercadoria, analisam as múltiplas expressões da diversa cultura pós-moderna e suas expressões no âmbito do Serviço Social, explicitam os desafios à formação profissional na atualidade (incluindo aqui o ensino a distância fortemente presente no contexto brasileiro), analisam importantes informações empíricas sobre do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e discutem aspectos relevantes do trabalho docente, do estágio e da supervisão em Serviço Social. Trata-se de leitura oportuna considerando que em novembro de 2016 o Serviço Social irá realizar o exame proposto pelo SINAES/ENADE. A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e o movimento estudantil no Serviço Social (re-

presentado pelo Encontro Nacional de Estudantes em Serviço Social - ENESSO), lançaram a “Campanha de Mobilização contra o SINAES/ ENADE” promovendo um amplo debate sobre esta forma de avaliação.

Nessa perspectiva o artigo “*ENADE no curso de Serviço Social: análise dos relatórios 2004-2013*”, composto pela professora Dra. Larissa Dahmer Pereira, da Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), exibe uma síntese dos relatórios de área do Serviço Social, relativos aos Exames Nacionais de Desempenho dos Estudantes (ENADEs), realizados nos anos de 2004, 2007, 2010 e 2013, bem como aborda a expansão do ensino superior e sua repercussão na formação de graduação do Serviço Social brasileiro, sobre a imbricada relação entre expansão mercantilizada e o sistema de regulação/supervisão/avaliação do ensino superior.

Nessa linha de evidências a doutoranda Dra. Cynthia Santos Ferrarez, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aborda no artigo “*Mercantilização da educação superior no Brasil e formação profissional do Serviço Social*” a questão da formação profissional do(a) assistentes social e seus novos rumos refletindo a respeito da contrarreforma da educação superior brasileira, e a herança que a Ditadura Militar, a mercantilização do ensino superior nas últimas décadas e as legislações que respaldam o empresariamento da educação e os processos de avaliação de cursos, mostrando quanto o curso de Serviço Social é exposto ao processo de contrarreforma da educação superior que desafia o projeto de formação profissional contemporâneo.

Desafios que se constituem também o objeto de estudo do professor Carlos Antonio de Souza Moraes, da Universidade Federal Fluminense (Campos/RJ) expressos no artigo “*Os desafios do novo século à formação em Serviço Social*”, ao apontar as determinações político-ideológicas do “neoliberalismo do século XXI” sobre a política de educação para o Ensino Superior brasileiro e ao avaliar as diretrizes dos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, OMC) e as implicações sobre medidas e ações contrarreformistas adotadas pelos governos brasileiros nos últimos anos.

O artigo “*Educação permanente e Serviço Social: apontamentos sobre a formação profissional*”, da mestrandia Chrislayne Caroline dos Santos Nascimento e da professora Carla Montefusco de Oliveira, ambas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, destaca a Po-

lítica de Educação Permanente do conjunto do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), elaborada coletivamente pela categoria profissional, como possível estratégia e instrumento de resistência à lógica de formação e qualificação profissional à construção de uma perspectiva social crítica de qualificação e na direção do projeto ético-político da profissão.

Perspectiva crítica que será problematizada pelo doutorando da Universidade Federal de Pernambuco e professor da Universidade Federal da Paraíba, Adilson Aquino Silveira Júnior, no artigo “*A cultura pós-moderna no Serviço Social em tempos de crise*”. O autor aborda o debate sobre a pós-modernidade e as implicações de sua influência para o Serviço Social na conjuntura atual de crise capitalista, situando as expressões ideológicas sob as quais a mesma se atualiza nos espaços de intervenção.

Nessa direção de aprofundamento da direção social crítica do projeto de formação e de análise sobre a retomada do conservadorismo, o artigo da professora Cleomar Campos da Fonseca, da Universidade Estadual da Paraíba, “*O projeto de formação profissional do Serviço Social e as inflexões do pensamento pós-moderno*”, contribuiu na análise dos influxos teórico-culturais do pensamento pós-moderno.

Nessa mesma lógica, o texto “*Pensamento pós-moderno em formação profissional em Serviço Social*”, da mestranda Yashmin Michelle Ribeiro de Araujo e da professora Cristiane Maria Marinho, ambas da Universidade Estadual do Ceará, apresentam uma discussão a respeito do pensamento pós-moderno, balizadas pelos que acreditam na importância de se tomar novos aportes teóricos para explicar as expressões da questão social, e pelos que defendem que a utilização de autores pós-modernos é geradora da deslegitimação da direção ético-política do projeto profissional ou da disputa pela hegemonia no interior deste projeto.

E evidenciando algumas das tendências e tensões teóricas e ético-políticas identificadas na formação profissional e que exprimem simultaneamente a afirmação e negação do projeto ético-político nesse espaço, o texto intitulado “*Formação profissional em Serviço Social: fundamentos e desafios ético-políticos*” da doutoranda Amanda Guazzelli da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da professora Ana Livia Adriano da Universidade Federal Fluminense (Niterói), reafirmam os fundamentos e pressupostos fundamentais das Diretrizes

Curriculares, cuja defesa supõe uma crítica imperiosa às formas de reatualização do conservadorismo.

Nesta interlocução e problematização do tema expõem-se ainda o texto da professora Rita Lourdes Lima, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, denominado “*Docentes de Serviço Social: condições de trabalho e saúde*”, que faz uma análise das dificuldades, dos desafios, das condições de trabalho e saúde das/os docentes dos cursos de Serviço Social presenciais no Brasil, filiados a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). E o artigo “*Articulação entre supervisão de campo e acadêmica em Serviço Social*”, da professora Adriana Ramos, da Universidade Federal Fluminense (Campus de Gragoatá), expõe considerações importantes sobre a centralidade do estágio supervisionado e a articulação entre o papel de seus principais sujeitos na perspectiva do Projeto Ético- Político.

Compondo os temas livres são apresentados quatro artigos tratando de questões de grande importância atual também para o Serviço Social. O primeiro, denominado “*Mudanças no cenário da pobreza no Brasil*”, produzido pela doutoranda Roberta Rezende Oliveira e pelo professor André Augusto Pereira Brandão, da Universidade Federal Fluminense (campus de Gragoatá), debatem as mudanças ocorridas no cenário da pobreza e da desigualdade brasileira no pós-2000. O segundo, escrito pela professora Kathiúça Bertollo, da Universidade Federal de Ouro Preto, intitulado “*Planejamento em Serviço Social: tensões e desafios no exercício profissional*”, apresenta uma reflexão sobre o planejamento enquanto uma atribuição e competência do Assistente Social buscando evidenciar as tensões e os desafios na sua operacionalização. O terceiro “*Serviço social e relações de sexo: uma articulação necessária*”, organizado pelos professores Renata Gomes da Costa e Paulo Wesley Maia Pinheiro, da Universidade Federal do Tocantins, aborda a importância de tais relações para o trabalho e a formação profissional em Serviço Social. E o quarto artigo, “*Lixão do Gramacho: impactos do encerramento para os catadores*”, redigido pela professora Valéria Pereira Bastos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e pela engenheira química Andreia Oliveira Magalhães, expõe quais foram os impactos socioeconômicos na vida dos catadores de materiais recicláveis, após o encerramento do maior aterro da América Latina, o Lixão de Gramacho.

Vale destacar que nesta edição dois importantes documentos estão sendo socializados com a comunidade científica e profissio-



nal em geral: um que reproduz debates e reflexões realizados sobre o estágio supervisionado a partir da realidade vivida por discentes, docentes e supervisores (acadêmicos e de campo), tendo como referência o projeto ABEPSS Itinerante em sua versão de 2014; outro sobre a participação discente na ABEPSS e sua importância político-pedagógica. O primeiro documento, denominado “*Estágio supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas*”, foi organizado pelo professor Rodrigo Teixeira, da Universidade Federal Fluminense, campus Rio das Ostras, pela professora Isaura Aquino, da Universidade Federal de Juiz de Fora, e pela professora Telma Gurgel, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. O segundo documento é um debate sobre o envolvimento dos discentes nos quadros organizativos da ABEPSS, intitulado “*Discente em ABEPSS: que bicho é esse?*”, escrito pelas (os) discentes Aline Ayres de Hollanda, da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Camila Mesquita Soares, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN, Lana Caroline Barbosa Zizo, da Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP, Laura Maria de Araújo Vencio, da Universidade Federal de Uberlândia/UFU, Luna Alves de Souza Rodrigues, da Universidade Federal do Espírito Santo/UFES e Tales Willyan Fornazier Moreira, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro/UFTM.

Por fim, é publicada uma entrevista com o professor Giovanni Alves, docente e pesquisador da Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília (SP), cujo tema debatido é a precarização do trabalho e a crise do capitalismo. Em memória da querida professora Maria Lúcia Carvalho e Silva, que há pouco tempo nos deixou, registra-se, nas últimas páginas, uma homenagem escrita por docentes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ressaltando o importante legado deixado pela Malu.

Ainda que, obviamente, o duro cenário em curso não possa ser enfrentado com ações circunscritas aos espaços ocupados pelo Serviço Social, igualmente não se pode prescindir de processos de resistência também organizados nas instâncias profissionais. Isto significa, necessariamente, que são essenciais ações gestadas desde o conjunto ABEPSS-CFESS-CRESS-ENESSO capazes de estimularem um debate progressista latino-americano e mundial. Este debate não pode se perder em um tipo de pluralismo eclético, “respeitoso das verdades em curso”, mas favorecer a consolidação de uma hegemonia anticapitalista progressista como terreno básico e inicial para um debate produtivo.

Convidamos a todas e a todos ao estudo e à crítica radical.

“Ousadia e sonhos em tempos de resistência” (ABEPSS – Gestão 2015-2016).

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (ABESS/Cedeps). Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10#> Acesso em 31/08/2016.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

LENIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Tradução de Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, K. Grundrisse. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. (Coleção Os Economistas, v. 1, tomo 1).

\_\_\_\_\_. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. (Coleção Os Economistas, v. 1, tomo 2).

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

SILVA, J. F. S; SILVA, M. I. da. Pesquisa em Serviço Social: contribuições à crítica. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 238-252, ago./dez. 2015.

THOMSON REUTERS. Crescimento econômico da China no 3º tri desacelera para 6,9%, mas supera expectativas. **Reuters Brasil**, 19 out. 2015. Disponível em: <[http://br.reuters.com/article/topNews/idBRKC-  
NoSDoUM20151019](http://br.reuters.com/article/topNews/idBRKC-<br/>NoSDoUM20151019)> Acesso em: 10 abr. 2016.

